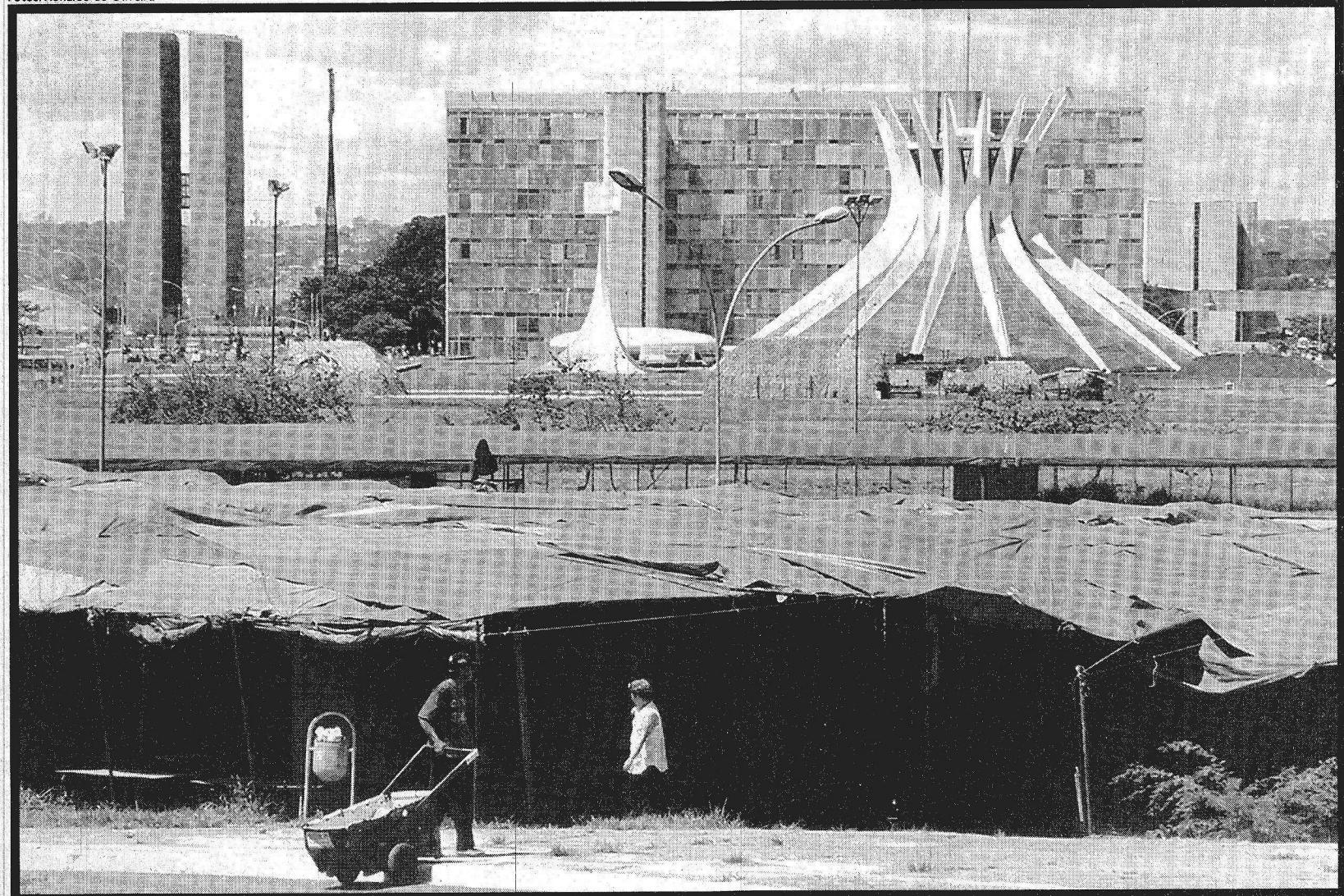


DE OLHO NO AMANHÃ

Fotos: Ronaldo de Oliveira



SHOPPING DE CAMELÔS

As invasões das áreas públicas por ambulantes são freqüentes. Eles mudam de lugar, mas sempre escolhem locais proibidos dentro da cidade tombada

A CIDADE É DINÂMICA. É VIVA. O TOMBAMENTO NÃO SIGNIFICA QUE BRASÍLIA DEVA FICAR ENGESSADA, ATÉ PORQUE É IMPOSSÍVEL IMOBILIZÁ-LA", diz o empresário RICARDO PENNA, DIRETOR DE PESQUISA DO INSTITUTO SOMA, OPINIÃO E MERCADO E INTEGRANTE DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO TÉCNICA DE BRASÍLIA. "A CIDADE DEVE SER PRESERVADA NOS SEUS ASPECTOS ESSENCIAIS." FECHAR PILOTIS, IMPEDIR A CIRCULAÇÃO OU AUMENTAR O NÚMERO DE PAVIMENTOS SÃO CITADOS NO DOCUMENTO COMO AMEAÇAS AO PLANO ORIGINAL.

No entanto, inovar nas fachadas e no formato dos prédios das asas ou mesmo flexibilizar a setorização em diversas áreas da cidade não são entendidos como agressões ao tombamento. "Nada impede que se construa um bom restaurante no Setor Bancário Sul", diz Ricardo Penna. Mas muitas dessas inovações são polêmicas. O pórtico em estilo romano, no Portão do Lago Sul, é exemplo. "Pode ser uma obra feia para algumas pessoas, mas não chega a ser agressão ao tombamento", afirma Penna.

O presidente do Instituto de Arquitetos do

Brasil, seção do Distrito Federal (OAB-DF), Gilson Paranhos, 44, discorda: "Aquila é uma aberração. Não tem nada a ver com Brasília." A pintura recente e colorida do teto do Ginásio Nilson Nelson também tem desagradado a muita gente. "Pode não comprometer o projeto original, mas banaliza a cidade. Por que então não inventam de pintar o Palácio do Buriti?", critica o arquiteto Carlos Magalhães.

PREOCUPAÇÃO DESDE 1960

O alerta que o documento traz, da urgência de se preservar Brasília, não é novidade para a arquiteta Maria Elisa, filha do urbanista Lúcio Costa e também integrante do Conselho de Preservação Técnica de Brasília. Há pouco tempo, revirando os papéis do pai, ela encontrou um bilhete do ex-presidente Juscelino Kubitscheck enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, durante muitos anos diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan).

Nas poucas linhas, escrita em folha de caderno em 15 de junho de 1960, Juscelino demonstrava preocupação em preservar o Plano Piloto da especulação imobiliária. "Preservar Brasília significa guardar o testemunho de uma época de otimismo", diz a arquiteta. E desabafa: "Não entendo essa cegueira de se bolir na cidade". O artista plástico e arquiteto no Iphan, Fernando Madeira, 61 anos, também faz a mesma crítica. "Não adianta o Iphan gritar sózinho para salvar a cidade. A sociedade tem de se envolver."

É o que propõe o documento elaborado:

conscientizar a sociedade a preservar Brasília e exigir que o governo comande o processo de crescimento e adaptação da cidade, sem interferências políticas e econômicas. É mais ou menos o que já existe em Olinda, Pernambuco. Lá, o prefeito só consegue fazer qualquer intervenção urbanística na cidade histórica, também tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, depois da aprovação do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda.

"É o princípio da democracia que, aqui, funciona mesmo. Há discussões polêmicas, demoradas, mas o sim ou o não sai bem limpinho e coeso no final", diz o secretário do Patrimônio e Cultura de Olinda, Antenor Vieira de Melo Silva. No conselho estão representados o governo de Pernambuco, o município, o Iphan, o Legislativo local e a comunidade.

A composição de um conselho, como o de Olinda, é uma recomendação da Unesco para todas as cidades tombadas. Recomendação que até agora foi ignorada em Brasília. Em 1994, técnicos da Unesco estiveram em missão em Brasília e recomendaram a criação de um comitê para a preservação da cidade tombada. Autoridades do governo local, do Iphan e representantes da sociedade deviam integrá-lo.

O Centro de Estudos e Reflexão que o documento sugere seria formado por técnico, e estaria vinculado a um conselho que assessoraria as decisões do governo. O documento não especifica se esse conselho seria o mesmo já existente, do qual o governador Joaquim Roriz é o presidente. "Brasília merece ser pensada todo dia, várias vezes. Precisa mesmo de um conselho de gerência independente. As decisões não podem ficar centradas só na cabeça do governador", diz o arquiteto do Iphan, Fernando Madeira.

PARA SALVAR BRASÍLIA

1

O governo deve unificar suas ações e projetos na área tombada. A organização de Brasília impõe um padrão estético único. É necessário concentrar, em um só lugar, as decisões que possam alterar a vida da cidade. É necessária a criação de um centro de estudos e de reflexão da área tombada. Um grupo de especialistas deve estudar continuamente o Plano Piloto e emitir pareceres sobre eventuais necessidades de mudanças. O Centro de Estudos e Reflexão deve ser o braço operacional de um conselho que assessorará as decisões do governador nesse setor e não se subordinará a nenhum órgão do governo.

O conselho e seu braço executivo devem ser livres de interferências políticas, funcionais ou econômicas. Somente um centro de planejamento independente contribuirá eficazmente para a preservação de Brasília que, só assim, deixará de ficar a reboque dos interesses menores, do mercado imobiliário por exemplo, e poderá comandar seu futuro.

2

A participação da população no processo de preservação é fundamental. É necessário que ela conheça o Plano e as vantagens de seu desenho. O Estado deve promover debates, reuniões e congressos para discuti-lo. Cartilhas devem ser confeccionadas e distribuídas para conscientizar os moradores.

3

Os síndicos de quadra não devem ser apenas defensores do interesse das superquadras. O governo deve estimular a formação de um conselho de síndicos que funcionariam como defensores do plano original.

4

A pressão demográfica sobre a área tombada precisa ser contida. Enquanto a maioria dos empregos, renda e oportunidades estiverem concentradas no Plano Piloto, será impossível conter a pressão sobre o tecido urbano e o adensamento populacional. É necessário estimular o desenvolvimento autônomo das cidades satélites e criar pólos de desenvolvimento no Distrito Federal.

5

A cooperação com os estados de Minas e Goiás é fundamental para aliviar pressões sobre a capital. A sobrecarga sobre os serviços de infraestrutura social continuarão a existir enquanto as disparidades regionais forem elevadas. É necessário criar um cinturão de desenvolvimento no entorno que funcionará como câmara de descompressão no movimento migratório em direção ao Distrito Federal e de geração de emprego e de melhor atendimento social.

6

É necessário terminar o Plano Piloto antes de dar início a novas expansões urbanas. As áreas habitacionais não construídas devem ser rigorosamente fiscalizadas, para que deixem de ser reserva de valor e moeda de especulação.

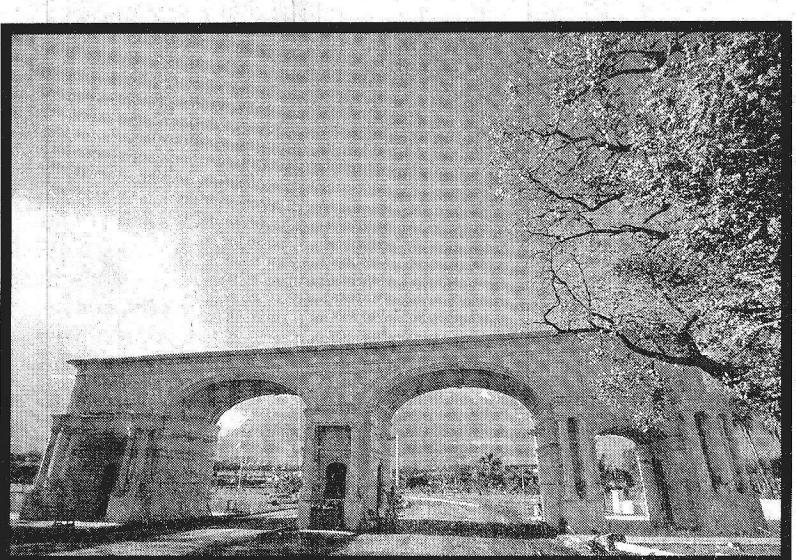
7

Não se pode adiar mais a solução dos graves problemas e das distorções que ocorrem no Plano Piloto. Fechar os olhos às invasões das áreas comerciais ou quaisquer outros problemas, ou deixar as soluções para outras administrações, é cometer erro grave. A permissividade contagia. Se uns podem alguma coisa por algum tempo, todos podem muitas outras coisas por muito tempo.



PILOTIS INVADIDOS

Os prédios do Plano Piloto foram construídos sobre pilotis. A concepção é de que esses espaços são públicos e de livre acesso. Hoje viraram estacionamento



PÓRTICO DO LAGO SUL

O IAB pediu que a derrubada do arco em estilo romano que delimita o acesso ao Portão do Lago Sul, por considerar afronta à arquitetura moderna